

CNPJ nº 08.336.804/0001-78

NIRE: 42.3.0003076-7

Inscrição Estadual nº 255.267.177

Subsidiária Integral das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc

Relatório Anual da Administração e Demonstrações Financeiras

2013

1. Apresentação

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Celesc Geração S.A. – Celesc G, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas específicas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

2. Perfil Empresarial

A Celesc G é a subsidiária integral da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, que responde pela operação, manutenção e expansão do parque gerador da Companhia, atualmente formado por 12 Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs. Com a conclusão das obras de repotenciação da PCH Pery em agosto de 2013 e respectiva autorização para operação comercial em outubro de 2013, a potência total instalada do parque gerador próprio passou a somar 106,75MW.

O quadro a seguir, apresenta as sete PCHs de propriedade 100% da Celesc G, para as quais os órgãos de governança da Companhia deliberaram pela não adesão aos termos de renovação antecipada das concessões estabelecidos através da Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012, posteriormente convertida em Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013:

Parque Gerador Próprio - Usinas 100% Celesc Geração S.A. sem adesão à MP nº 579

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
PCH Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2016	24,60	16,70
PCH Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2016	15,00	8,80
PCH Garcia	Angelina/SC	07/07/2015	8,92	7,10
PCH Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2016	8,40	6,75
PCH Salto	Blumenau/SC	07/11/2016	6,28	5,25
PCH Pery	Curitibanos/SC	09/07/2017	30,00	14,08
PCH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	07/07/2015	2,60	1,81
Total - MW			95,80	60,49

Foi excluída da decisão a Usina Pery com questionamento pela Ação Ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal, com objetivo de discutir o mérito relativo ao direito de prorrogação da concessão pelos 20 anos, conforme previsto no Artigo nº 26, §7º da Lei Federal nº 9.247, de 26 de dezembro de 1996, ou alternativamente, a prorrogação pelo regime híbrido, recomendado pela ANEEL, sendo o pedido acolhido e havendo suspensão do prazo de assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. A União recorreu desta decisão por meio de Agravo de Instrumento cujo pedido de efeito suspensivo foi negado no Tribunal

Regional Federal – TRF da 4ª Região (Porto Alegre). Em 17 de fevereiro de 2014, ocorreu decisão favorável proferida pelo Vice-Presidente do TRF-4 nos autos da Ação Cautelar interposta pela Celesc G.

As PCHs com término de concessão após 2017 e as demais Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGH são apresentadas a seguir:

Parque Gerador Próprio - Demais Usinas 100% da Celesc Geração S.A.

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	23/11/2021	5,40	3,80
PCH Caveiras	Lages/SC	10/07/2018	3,83	2,77
CGH Pirai	Joinville/SC	(*)	0,78	0,45
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(*)	0,52	0,50
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(*)	0,42	0,22
Total - MW			10,95	7,74

(*) Usinas com potência inferior a 1 MW estão dispensadas do ato de concessão.

Em atendimento ao previsto na Lei nº 12.783/13, a Companhia protocolou na ANEEL, no mês de julho de 2013, o requerimento para conhecer as condições para renovação antecipada da concessão da PCH Caveiras que tem vencimento em julho de 2018. Esse mesmo procedimento será adotado para a PCH Celso Ramos quando restar o prazo de 5 (cinco) anos para o vencimento de sua concessão.

Nos últimos anos, norteadas pelo posicionamento estratégico de aumentar a capacidade de geração própria, a Celesc G passou a investir na repotenciação das usinas existentes e na formação de parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novos empreendimentos, incluindo a diversificação da matriz energética. No mês de outubro de 2013 foi encerrada a Chamada Pública 001/2012 que havia tornado pública a intenção da Companhia em analisar oportunidades de parcerias em empreendimentos de geração de energia, sem limitação quanto à fonte e localização do empreendimento e que estivessem alinhados a seu referencial estratégico de missão e visão empresarial. A referida Chamada Pública deu início ao processo de análise de 48 (quarenta e oito) novos empreendimentos, com fontes variadas, que totalizam aproximadamente 1,5 GW de potência instalada.

A Celesc G já participa de Sociedades de Propósito Específico – SPEs, que viabilizam novos empreendimentos onde a Celesc G detém participação minoritária. A seguir estão listados os novos empreendimentos que já estão em operação:

Novos Empreendimentos em operação - Celesc Geração S.A. detém participação minoritária

USINAS	Localização	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)
PCH Prata	Bandeirante/SC	3,00	1,68	25,0%	0,75	0,42
PCH Belmonte	Belmonte/SC	3,60	1,84	25,0%	0,90	0,46
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	3,00	1,76	25,0%	0,75	0,44
Total - MW		9,60	5,28		2,40	1,32

A tabela abaixo apresenta as principais características de outros empreendimentos e respectivos estágios de desenvolvimento:

Novos Empreendimentos em desenvolvimento - Celesc Geração S.A. detém participação minoritária

USINAS	Localização	Potência Instalada (MW)	Garantia Física* (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física* (MW)	Data prevista de entrada em operação	STATUS
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	9,60	6,40	32,5%	3,12	2,08	Abril/2014	Final Construção
PCH Painel	São Joaquim/SC	9,20	5,52	32,5%	2,99	1,79	2016	Revisão de Projeto
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	10,00	6,00	30,0%	3,00	1,80	2016	Revisão de Projeto
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	6,08	3,74	40,0%	2,43	1,50	2015	Início obras janeiro/2014
Total - MW		34,88	21,66		11,54	7,17		

* Para os novos empreendimentos, ainda não há emissão da GF pelo MME. Os dados apresentados são estimados nos projetos.

3. Desempenho Operacional

3.1. Geração de Energia

O índice pluviométrico do ano de 2013 foi superior ao registrado em 2012, e a energia gerada ficou, em média, aproximadamente 4,72% abaixo da garantia física das PCHs. Salientamos que a diferença entre os dados da garantia física de 2012 e 2013 se deve ao fato da entrada em operação da ampliação da usina Pery em julho de 2013.

No ano de 2013, foram gerados, 55,54 GWh médios de energia elétrica, totalizando a produção líquida de 486,53 GWh, que culminou no fator de capacidade de cerca de 63,5%.

O desempenho na geração de energia em 2013 foi 2,3 % maior do que em 2012. Os principais motivos estão relacionados à melhor afluência verificada durante o ano nas regiões planalto e meio oeste.

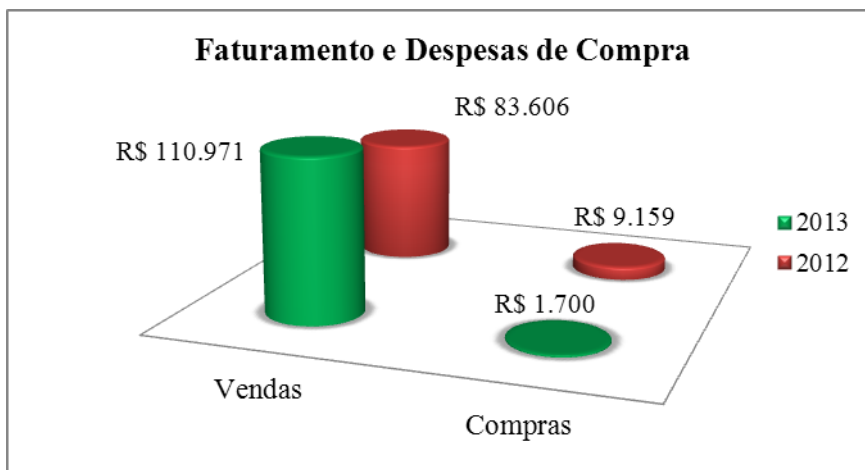
No quadro a seguir, é possível acompanhar o desempenho de cada uma das usinas que formam o parque de geração da Celesc G, nos anos de 2012 e 2013, referente ao volume de geração líquida:

Produção Anual		
Usina	2012	2013
Palmeiras	141,69	134,94
Cedros	60,60	46,09
Salto	35,61	31,39
Bracinho	75,55	71,42
Piraí	4,32	4,67
São Lourenço	2,38	2,14
Garcia	55,42	60,82
Caveiras	24,63	26,28
Pery	32,73	41,28
Ivo Silveira	18,38	22,12
Rio do Peixe	2,61	4,04
Celso Ramos	21,59	41,34
TOTAL (GWh)	475,51	486,53

Fonte: DPCM/DVCM

3.2. Comercialização de Energia

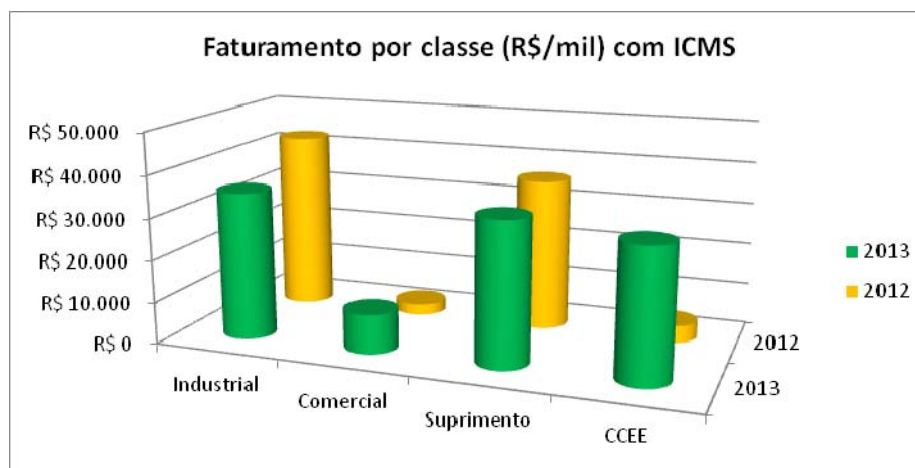
Em 2013, a Empresa registrou faturamento global de R\$111,0 milhões, aumento de 32,78% em relação ao ano de 2012 que registrou R\$83,6 milhões de faturamento. A comercialização de energia elétrica adquirida de terceiros, em 2013 foram gastos R\$1,7 milhões, enquanto em 2012 foram gastos R\$9,2 milhões.



Fonte: DPCM/DVCM

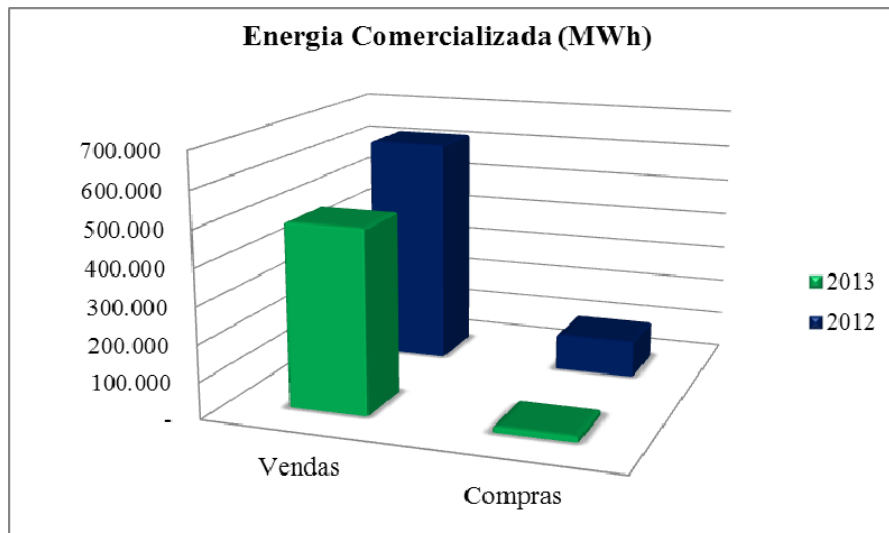
O excedente de energia elétrica, vendido no mercado de curto prazo, através de contratos de venda de curto prazo (inferiores a 6 meses) obteve o resultado de R\$35,04 milhões em 2013 contra R\$13,47 milhões em 2012. O aumento de 110% se deve a expressiva alta do Preço de Liquidação e Diferenças – PLD e na quantidade de energia negociada diretamente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, tudo em especial no primeiro semestre.

As vendas por classe em 2012 e 2013 apresentaram o seguinte desempenho:



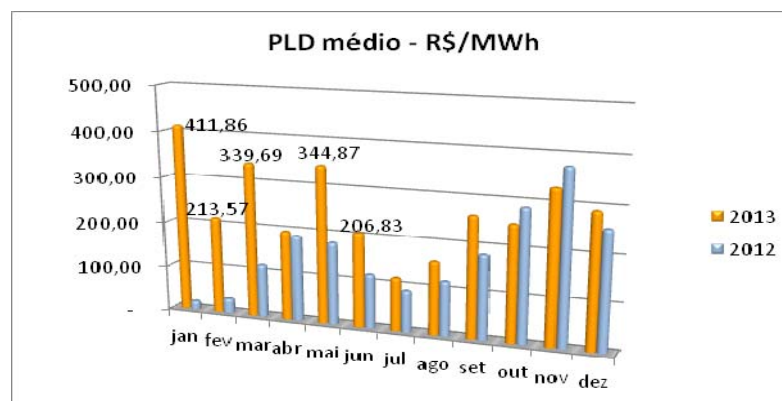
Fonte: DPCM/DVCM

O montante total de energia comercializada em 2013, 499 GWh, inferior aos 622 GWh registrados em 2012. O montante total de energia comprada em 2013 registrou o total de 16,1 GWh, inferior aos 101,1 GWh adquiridos em 2012. Essa redução se deve ao término do contrato de *swap* com a empresa MPX Comercializadora.



Fonte: DPCM/DVCM

A elevação de 28% do faturamento de 2013 em relação a 2012 tem como principais fatores; a alta expressiva do PLD (ver gráfico abaixo) e os reflexos, ainda no primeiro semestre, da valorização da energia gerada pelas 8 (oito) usinas que tiveram o regime de concessão alterado para produção independente.



Fonte: DPCM/DVCM

4. Investimentos

Em 2013 foi investido o montante de R\$29,5 milhões, volume 29,71% inferior ao realizado em 2012 de R\$41,9 milhões. A diminuição no volume de investimentos está atrelada a publicação da MP no 579/12, que impediu a aprovação dos projetos de repotenciação que estavam em vias de serem autorizados na ANEEL. Apesar dessas dificuldades, que não viabilizaram o início das obras de ampliação das Usinas Celso Ramos e Salto, foi dada continuidade à ampliação da Usina Pery. Os recursos investidos em participações somaram R\$11,3 milhões, volume 52,0% superior a R\$7,3 milhões investidos em 2012.

A Celesc G, como mais uma ação para ampliar a capacidade de geração própria, concluiu a construção da Usina Rondinha, localizada no rio Chapecó, no município de Passos Maia, com potência instalada de 9,6 MW. Essas ações têm como pilares a repotenciação das usinas existentes e a viabilização de novos empreendimentos, por meio de parcerias com investidores privados, conforme detalhado anteriormente.

4.1. Expansão do Parque Gerador Próprio

Em 2013, a Celesc G concluiu a principal obra de expansão de seu parque gerador, a ampliação da Usina Pery, localizada no rio Canoas, no município de Curitibaanos. Com a repotenciação, a potência instalada da usina passou de 4,4MW para 30,0MW, um marco que simbolizou a retomada da Celesc G nos grandes empreendimentos de geração de energia. A obra contou com um novo circuito de geração, com duas unidades geradoras de 12,8MW cada, com uma nova subestação 13,8/138kV e uma linha de transmissão em 138kV de 19,2 km de extensão, ligando a Usina Pery à Subestação Curitibaanos, de propriedade da Celesc Distribuição.

Em 2013, foram investidos R\$10,8 milhões de reais. O conjunto das obras, envolvendo os aspectos de engenharia e ambiental, envolveu recursos de R\$125 milhões de reais do caixa próprio da Celesc G.

Com a ampliação, a potência instalada da Celesc G incrementou de 81,15MW para 106,75MW, contribuindo significativamente para o aumento da receita da empresa.

USINA	Potência Instalada	Ampliação	Potência Total
PCH Pery	4,4MW	25,6MW	30,0MW



Foto: Ampliação da Usina Pery.

Para 2014, está previsto o início das obras para ampliação da PCH Celso Ramos, com aumento da potência instalada de 5,4MW para 12,6MW.

4.2. Empreendimentos em Parcerias com Investidores do Setor

Além dos investimentos em geração de propriedade integral da Celesc G, a empresa atua também em empreendimentos em parceria com outros investidores do setor de geração, através de SPE.

Em 2013, foram investidos R\$11,9 milhões de reais para a finalização das obras de construção da Usina Rondinha, localizada no rio Chapecó, município de Passos Maia, com potência instalada de 9,6 MW. Construída em parceria com o grupo investidor Atlantic Energia Renováveis, a Usina contou com investimentos totais de R\$21,1 milhões de reais do caixa próprio da Celesc G, que detém 32,5% do empreendimento.

Com entrada em operação comercial prevista para março de 2014, a PCH Rondinha se juntará às PCHs Prata, Belmonte e Bandeirantes, compondo um parque de 19,2 MW de geração de energia com parceiros do setor de geração.

Sociedade de Específico – SPE	Propósito	Empreendimentos já construídos			Estágio
		Potência Instalada	% Participação	Potência Celesc G	
Cia Rio das Flores – Prata		3,00	25,0%	0,75	Em operação
Cia Rio das Flores – Bandeirante		3,00	25,0%	0,75	Em operação
Cia Rio das Flores – Belmonte		3,60	25,0%	0,90	Em operação
Rondinha		9,60	32,5%	3,12	Obra Concluída
TOTAL – MW		19,20		5,52	

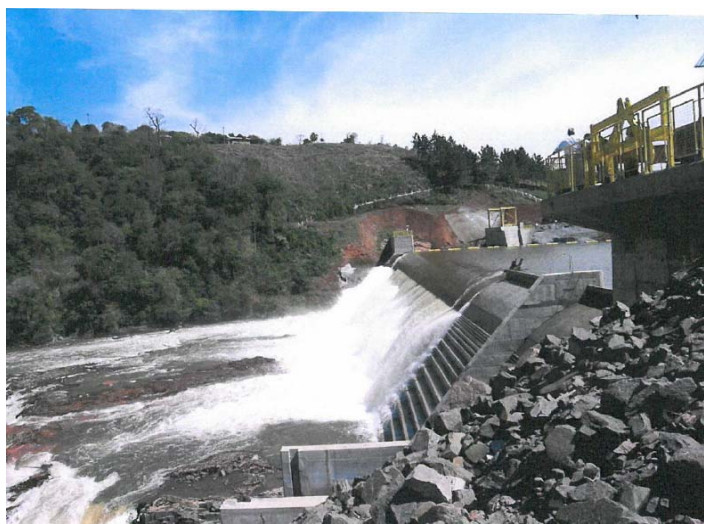


Foto: Vertedouro da PCH Rondinha



Foto: Casa de força da PCH Rondinha

A Celesc G possui ainda em carteira outros três empreendimentos: a PCH Xavantina, em parceria com o grupo investidor Ritmo Investimentos, e as PCHs Painel e Campo Belo, em parceria com o grupo investidor Atlantic Energias Renováveis. Em 2014, está previsto o início das obras das PCHs Xavantina e Campo Belo.

Sociedade de Propósito Específico – SPE	Empreendimentos em Projetos			Estágio
	Potência Instalada	% Participação	Potência Celesc G	
Xavantina	6,07	40,0%	2,43	Previsão de início das obras para 1º Semestre de 2014
Campo Belo	10,00	30,0%	3,00	Previsão de início das obras para 2º Semestre de 2014
Painel	9,20	32,5%	2,99	Em revisão de projetos
TOTAL - MW	25,27		8,42	

5. Meio Ambiente

5.1. Reserva Ecológica do Bracinho

Entre diversas ações de proteção do meio ambiente no entorno das usinas, destaque para a manutenção de uma reserva ecológica junto à Usina Hidrelétrica de Bracinho, na região de Joinville. Situada em uma área de 46.066.744 m², no noroeste de Santa Catarina, entre os municípios de Joinville, Schröder, Jaraguá do Sul e Guaramirim, a Estação se espalha por uma paisagem montanhosa cortada pelos rios Júlio e Bracinho, além de outros afluentes, onde estão abrigados 12 saltos d'água.

A criação da reserva constitui um passo importante para evitar agressões a esse riquíssimo patrimônio natural e em prol da preservação da nascente do rio que dá nome ao complexo.

5.2. Repotenciação Pequena Central Hidrelétrica Pery – PCH Pery

Inaugurada em julho de 2013, a nova unidade da PCH Pery permitiu aumentar em seis vezes a capacidade de geração, sem ampliar o reservatório. Esse modelo de repotenciação é importante no segmento de geração de energia elétrica, pois, além de reduzir custos, assegura menor impacto socioambiental.

A missão da equipe técnica multidisciplinar responsável pela supervisão ambiental das obras de repotenciação da hidrelétrica e de implantação da Linha de Transmissão foi de garantir o cumprimento da legislação e a manutenção da qualidade socioambiental na região da PCH Pery. Por meio de ações coordenadas entre diversos programas executados, buscou-se não apenas mitigar ou compensar os impactos negativos, mas também potencializar os impactos classificados como positivos.

Ao todo, foram desenvolvidos 23 programas socioambientais, 14 relacionados à PCH Pery e nove à Linha de Transmissão. Do monitoramento da qualidade da água à restauração de áreas, vários foram os aspectos observados na gestão ambiental antes e durante todo o período de obras, tais como processos erosivos, resíduos e fauna local.

O Programa de Controle de Processos Erosivos permitiu a identificação de áreas suscetíveis à erosão, prevenida por técnicas de prevenção e conservação aplicadas no local: desvio de água, instalação de drenos, aplicação de hidrossemeadura, valas de drenagem, colocação de barras de ancoragem, fixação de telas metálicas para execução de concreto projetado e cascalhamento. Esse controle também foi adotado nas áreas de implantação da Linha de Transmissão, onde foram aplicadas diversas medidas que visavam à melhoria do escoamento superficial e à redução da perda de solo, evitando assim o assoreamento da rede de drenagem.

Localizados à montante da tomada d'água da PCH Pery, dois poços profundos, de onde eram retiradas amostras para análise, possibilitaram o monitoramento da qualidade da água subterrânea. A análise indicou que a execução das obras de repotenciação não gerou mudanças significativas. Essa mesma foi a conclusão acerca da qualidade da água superficial, que foi avaliada a partir de amostras do Rio Canoas, coletadas à montante da tomada d'água no reservatório e à jusante do canal de fuga.

A equipe de gestão ambiental teve como foco a preservação de danos ao meio ambiente. Exemplo disso foram a determinação e a restrição de supressão de vegetação em uma largura mínima de faixa. Dessa forma, foi suprimido somente o necessário ao levantamento de cabos, salvando espécies com valor relevante ao ecossistema.

Esse ecossistema obteve ganhos qualitativos a partir do Programa de Florestamento implantado em áreas da PCH Pery, desenvolvido com base em técnicas de nucleação, adotadas em áreas que contribuíssem para um melhoramento sistêmico dos aspectos ambientais que o compõem. As sementes coletadas se transformaram em mudas, inseridas em bandejas de transposição pela técnica denominada Grupos de Anderson – pequenos núcleos formados por mudas de espécies florestais nativas. As mudas foram produzidas em um viveiro construído na própria área da PCH.

Obras sempre causam algum tipo de alteração na rotina daqueles que estão próximos. No caso da PCH Pery não foi diferente. Localizada a 25 quilômetros do centro da cidade de Curitiba, a usina é vizinha de pequenas comunidades, formadas, em sua maioria, por produtores rurais. A fim de minimizar possíveis impactos socioambientais trazidos pela obra de repotenciação bem como pela implantação da Linha de Transmissão, diversos programas foram desenvolvidos ancorados numa premissa básica: a transparência.

O primeiro passo nesse sentido foi a realização de um diagnóstico sobre a realidade socioambiental da área diretamente influenciada pelo empreendimento, realizado por meio de um levantamento de campo. Posteriormente, por meio de palestras e visitas da equipe técnica, os moradores puderam conhecer o projeto, a complexidade da obra e os benefícios sociais e econômicos gerados pela repotenciação.

A realização da obra criou oportunidades para que temas relacionados ao meio ambiente fossem discutidos na comunidade. Para fomentar novos valores e práticas em relação aos recursos naturais, por meio da geração e disseminação de conhecimento, foram desenvolvidas diversas ações com estudantes, trabalhadores da obra e comunidade em geral.

Outra importante oportunidade gerada pela obra de repotenciação da PCH Pery foi a geração de emprego e renda para as famílias da região. Um programa socioambiental foi criado especialmente para incentivar a contratação de mão de obra local, de modo que os trabalhadores da região, após passarem por treinamento, pudessem trabalhar nas obras.

Conforme determina a legislação, 0,5% do valor investido para a repotenciação da PCH Pery foi destinado ao Parque Estadual Rio Canoas, em forma de Plano de Compensação Ambiental. Criado pelo Decreto nº 1.871, de 27 de maio de 2004, o Parque está localizado no município de Campos Novos, no Meio Oeste de Santa Catarina, constituindo uma Unidade de Conservação da Floresta Ombrófila Mista ou Floresta de Araucária.

5.3. Projeto SIG

No início de 2013, a Celesc G assinou um contrato para estruturação, implantação e consolidação de uma solução, Sistema de Informação Geográfica – SIG, em conformidade com a Resolução Normativa nº 501 da ANEEL, de 24 de julho de 2012, para gestão patrimonial e ambiental dos empreendimentos de geração de energia.

A solução que está sendo desenvolvida visa à melhoria da gestão de processos, constituindo-se numa ferramenta para suporte às ações e procedimentos da Celesc G. O projeto abrange análise e diagnóstico patrimonial, levantamento topográfico, mapeamento, estruturação de banco de dados, desenvolvimento de solução corporativa e operação assistida. Todos os dados coletados e analisados estarão nos padrões estabelecidos pela Resolução Normativa nº 501/2012 da ANEEL, sendo modulados e inseridos no banco de dados da solução SIG.

O sistema SIG *Web* percorre o ambiente corporativo para cadastrar, visualizar, editar e analisar as informações referentes ao cadastro patrimonial, operação/fiscalização, meio ambiente e regulação. Considerando a modelagem dos dados e as regras de negócio, a integração do SIG e a implantação das ferramentas de carga, extração, relatórios e consistência dos dados, visando atender as seguintes áreas:

Patrimonial:

- Dados Técnicos: Cartografia, Topografia, Avaliação, Negociação, Pagamentos, Status Geral;
- Dados Jurídicos: Comarca, Tipo de Ação, Nº do Processo, Depósito Judicial, Laudo Pericial, Status Geral;
- Dados Fiscais: INCRA, CCIR, NIRF, DITR, IPTU.

Meio Ambiente:

- Limnologia e Qualidade da Água;
- Arqueologia;
- Monitoramento das Margens (Erosão);
- Reflorestamento;
- Programa Social.

Operação:

- Controle de Fiscalização;
- Cadastro de Registro de Ocorrência (Formulários de inspeção, Tipos de Ocorrência).

Regulação:

- Modelação, inserção dos dados e geração de relatórios de acordo com a Resolução Normativa nº 501/2012 da ANEEL.

A expectativa é contar com uma solução eficiente que suporte a tomada de decisão, melhores nosso fluxo de trabalho e torne mais fácil, ágil e segura a gestão das informações espaciais dos empreendimentos. Além disso, objetiva ajustar os dados em conformidade com os padrões estabelecidos na Resolução Normativa nº 501/2012 da ANEEL bem como evoluir na visão geográfica do negócio.

6. Desempenho Econômico e Financeiro

6.1. Indicadores

Dados Econômico-Financeiros	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012	AH
Receita Operacional Bruta – ROB	110.971	83.606	32,73%
Receita Operacional Líquida – ROL	94.074	68.493	37,35%
Resultado das Atividades	22.547	(102.731)	121,95%
EBITDA Ajustado	68.602	27.365	150,69%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	72,92%	39,95%	32,97 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	18,31%	-102,75%	121,06 p.p.
Resultado Financeiro	2.188	689	217,56%
Ativo Total	325.152	292.821	11,04%
Imobilizado	221.068	255.232	-13,39%
Patrimônio Líquido	275.639	247.966	11,16%
Lucro (Prejuízo) Líquido	17.228	(70.379)	124,48%

p.p. pontos percentuais

A Celesc G encerrou o exercício de 2013 com uma receita operacional bruta de R\$111,0 milhões, superior 32,7% em relação a 2012 de R\$83,6 milhões. Este resultado é atribuído ao aumento das sobras mensais de energia para liquidação no mercado de curto prazo e alta do PLD ocorrido em 2013 e a alteração do regime de concessão para Produtor Independente de oito usinas do parque gerador, que passaram a ter sua energia vendida como incentivada com 50% de desconto na TUSD.

A movimentação do Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização – EBITDA/LAJIDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA - R\$ MIL	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012
Lucro/Prejuízo líquido	17.228	(70.379)
IR e CSLL corrente e diferido	7.507	(31.663)
Resultado financeiro	(2.188)	(689)
Depreciação e amortização	51.001	6.256
EBITDA	73.548	(96.475)
(-) Efeitos Não-Recorrentes		
Provisão Teste Impairment PCHs	33.555	123.840
Reversão Teste Impairment PCHs	(38.501)	-
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	68.602	27.365

Em 2013, a geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, foi superior a 2012 e totalizou R\$68,6 milhões, aumento de 150,69% em relação aos R\$27,4 milhões apurados no ano anterior.

O resultado financeiro líquido de 2013 foi de R\$2,2 milhões, representando um aumento de 217,6% em relação a 2012 que foi de R\$0,7 milhões. Essa variação é explicada pelos investimentos em ampliação de usinas e aquisições de participações acionárias em outras empresas realizados com capital próprio, reduzindo o fluxo dos investimentos financeiros.

O lucro apurado em 2013 foi de R\$17,2 milhões, sendo superior em 124,5% ao registrado no ano de 2012 que totalizou em prejuízo R\$70,4 milhões, este resultado foi afetado pela provisão com perdas do ativo imobilizado.

7. Perspectivas

As ações de expansão e modernização do parque de geração própria aliadas à ampliação das parcerias com empresas privadas para investimentos em geração foram os principais destaques no último ano. Os investimentos que, em 2013, ultrapassaram a marca de R\$30 milhões, associados à aprovação de R\$45 milhões para 2014, alinham-se à busca dos objetivos estabelecidos no Plano Diretor, que prevê a expansão do parque gerador para infraestrutura com potência instalada de 1.000MW.

Uma grande conquista do ano foi a finalização das obras para repotenciação da PCH Pery, um marco da retomada da Celesc G nos grandes empreendimentos de geração de energia. Outro destaque foi o início da modernização das usinas por meio da automação das unidades geradoras e da implantação do Centro de Controle da Geração – COG, na sede da Celesc G. Essas ações resultarão em significativa redução dos custos operacionais e maior confiabilidade no controle da geração de energia. A conclusão das automações e interligação está prevista para o final de 2014.

Outro destaque foi a finalização das obras da PCH Rondinha (9,6MW), em parceria com o grupo investidor Atlantic Energia Renováveis. Essa PCH se juntará às PCHs Prata, Belmonte e Bandeirantes, compondo um parque de 19,2MW de geração de energia instalado com parceiros privados.

A chamada pública para formação de parceria para empreendimentos de geração é o outro grande destaque, com a captação de 48 empreendimentos, o que demonstra a atratividade da

Celesc para investidores das mais diversas áreas. Dos 48 projetos apresentados (1,5GW), 24 são de fontes eólicas (1.156MW), 22 são de fonte hidráulica – PCHs (260MW) e dois são de térmicas a gás (84MW). Além de obter resultados como sócia dos empreendimentos, a Celesc G pretende comprar a energia para revender no mercado livre, o que potencializará o retorno financeiro desses investimentos.

A área de Novos Negócios da Celesc G, por sua vez, trabalhou em projetos associados a novos segmentos, em especial aqueles que englobam quatro linhas de serviços sinérgicos à *expertise* da Celesc G: iluminação pública, eficiência energética, telecomunicações e serviços financeiros. Com isso, a Celesc G vai contribuir significativamente com outras receitas para o grupo Celesc, diversificando os ramos de atuação e garantindo a perenidade da marca corporativa.

8. Diretoria Executiva

Exerce a gestão dos negócios, em sintonia com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pela Controladora.

É composta pelo presidente e seis diretores para mandatos de três anos, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer tempo. Somente o diretor presidente é membro do Conselho de Administração da Controladora.

8.1. Composição da Diretoria Executiva:

Cleverson Siewert	Diretor Presidente
André Luiz Bazzo	Diretor de Gestão Corporativa
Antônio José Linhares	Diretor de Regulação e Assuntos Jurídicos
Clairton Belém da Silva	Diretor de Planejamento e Controle Interno
James Alberto Giacomazzi	Diretor de Distribuição
Eduardo Cesconeto de Souza	Diretor Comercial
José Carlos Oneda	Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Ênio Andrade Branco	Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

9. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o primeiro nível da escala administrativa. É formado por treze integrantes, com destaque para três independentes, e um eleito pelos empregados. Os Conselheiros têm mandato de um ano, sendo permitida a reeleição por igual período. Eles têm a missão de cuidar e valorizar o patrimônio bem como maximizar o retorno dos investimentos realizados.

9.1. Composição do Conselho de Administração:

Pedro Bittencourt Neto (Presidente)	Representante do Majoritário – Independente
Cleverson Siewert	Representante do Majoritário
Antônio Marcos Gavazzoni	Representante do Majoritário
Derly Massaud de Anunciação	Representante do Majoritário
Milton de Queiroz Garcia	Representante do Majoritário
Andriei José Beber	Representante do Majoritário – Independente
Marcelo Gasparino da Silva	Representante do Majoritário – Independente
Roosevelt Rui dos Santos	Representante dos Minoritários
Edimar Rodrigues de Abreu	Representante dos Minoritários
Ives Cezar Fulber	Representante dos Minoritários
Sergio Ricardo Miranda Nazaré	Representante dos Minoritários
Pedro Henrique Almeida Pinto de Oliveira	Representante dos Preferencialistas
Jair Maurino Fonseca	Representante dos Empregados

10. Conselho Fiscal

Tem como sua principal função analisar as Demonstrações Financeiras, bem como discutir tais resultados com os auditores independentes.

10.1. Composição do Conselho Fiscal:

Antonio Ceron	Representante do Acionista Majoritário
Paulo da Paixão Borges de Andrade	Representante do Acionista Majoritário
Luiz Hilton Temp	Representante do Acionista Majoritário
Carlos Antonio Vergara Cammas	Representante dos Preferencialistas
Telma Suzana Mezia	Representante dos Minoritários Ordinaristas

11. Balanço Social



1 - BASE DE CÁLCULO	2013			2012		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
- Receita Líquida (RL)	94.074			68.493		
- Resultado Operacional (RO)	22.547			(102.731)		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	-			-		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	-	-	-	-	-	-
- Encargos Sociais Compulsórios	-	-	-	-	-	-
- Previdência Privada	-	-	-	-	-	-
- Saúde	-	-	-	-	-	-
- Segurança e saúde no trabalho	-	-	-	-	-	-
- Educação	-	-	-	-	-	-
- Cultura	-	-	-	-	-	-
- Capacitação e Desenv. Profissional	-	-	-	-	-	-
- Creches ou Auxílio-creche	-	-	-	-	-	-
- Participação nos Lucros ou Resultados	-	-	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-	-	-
Total - Indicadores Sociais Internos	-	-	-	-	-	-
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	-	-	-	-	-	-
- Cultura	-	-	-	-	-	-
- Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
- Esporte	-	-	-	-	-	-
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	-	-	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-	-	-
Total das Contribuições p/ a Sociedade	-	-	-	-	-	-
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	-	-	-	-	-	-
Total - Indicadores Sociais Externos	-	-	-	-	-	-
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac./ a Produção/Operação da Empresa	898	3,98	0,95	-	-	-
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	1.922	8,52	2,04	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	2.820	12,51	3,00	-	-	-
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75 %		(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75 %		() cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %	
	() cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %		() cumpre de 0 a 50 % () cumpre de 76 a 100 %			
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2013			2012		
- Nº de empregados(as) ao final do período	-			-		
- Nº de admissões durante o período	-			-		
- Nº de empregados(as) terceirizados	-			-		
- Nº de estagiários(as)	-			-		
- Nº de empregados(as) acima de 45 anos	-			-		
- Nº de mulheres que trabalham na empresa	-			-		
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres	-			-		
- Nº de negros(as) que trabalham na empresa	-			-		
- % de cargos de chefia ocupados por negros(as)	-			-		
- Nº de pessoas com deficiência ou neces. especiais	-			-		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2013			Metas 2014		
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	-			-		
- Número total de acidentes de trabalho	-			-		
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	[] direção e gerências	[X] direção e gerências	[] todos os empregados	[] direção e gerências	[X] direção e gerências	[] todos os empregados
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	[] direção e gerências	[] todos os empregados	[X] todos+ Cipa	[] direção e gerências	[] todos os empregados	[X] todos+ Cipa
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	[] não se envolve	[] segue as normas da OIT	[] incentiva e segue a OIT	[] não se envolve	[] seguirá as normas da OIT	[] incentiva e seguirá a OIT
- A previdência privada contempla:	[] direção e gerências	[] direção e gerências	[] todos os empregados	[] direção e gerências	[] direção e gerências	[] todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	[] direção e gerências	[] direção e gerências	[] todos os empregados	[] direção e gerências	[] direção e gerências	[] todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	[] não são considerados	[] são sugeridos	[X] são exigidos	[] não serão considerados	[] serão sugeridos	[X] são exigidos
- Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	[] não se envolve	[] apoia	[] organiza e incentiva	[] não se envolve	[] apoiará	[] organizará e incentivará
- Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND	na Empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND	na Empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2013: (58.387)			Em 2012: 64.310		
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	42,57 % governo 20,26% colaboradores 7,67 % terceiros 19,99% retido 9,51% acionistas			84,54 % governo 20,33 % colaboradores 0 % acionistas 3,04 % terceiros (7,91) % retido		
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES	A empresa conta com 45 colaboradores cedidos da Celesc Distribuição S.A., sendo que os custos, benefícios, encargos sociais e trabalhistas são integralmente ressarcidos pela Celesc Geração S.A.					
CNPJ: 08.336.783/0001-78 UF: SC	Coordenação: Viviani Bleyer Remor - Fone: (48) 3231-5520 E-mail: vivianibr@celesc.com.br					
Setor Econômico: Serviço Público de Energia Elétrica	Contador: José Braulino Stähelin - Fone: (48) 3231-6030 E-mail: jbraulinos@celesc.com.br CRC/SC: 18.996/O-8					
"ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO"						
"NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"						

12. Auditores Independentes

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02, de 20 de março de 2003, a Celesc G informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

13. Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Celesc Geração.

Florianópolis, 27 de março de 2014.

A Administração.

CELESC GERAÇÃO S.A.
CNPJ Nº 08.336.804/0001-78 / NIRE 42 3 0003076-7

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Ativo		
Circulante	62.996	14.521
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	50.505	7.514
Contas a Receber de Clientes (Nota 8)	12.180	6.500
Estoques	10	12
Tributos a Recuperar ou Compensar	301	417
Outras Contas a Receber	-	78
Não Circulante	262.156	278.300
Tributos a Recuperar	83	65
Depósitos Judiciais	72	80
Investimentos (Nota 9)	31.668	20.203
Imobilizado (Nota 10)	221.068	255.232
Intangível (Nota 11)	9.265	2.720
Total do Ativo	<u>325.152</u>	<u>292.821</u>
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante	29.492	15.808
Fornecedores	1.488	4.369
Tributos e Contribuições Sociais (Nota 12)	20.185	10.097
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	4.721	-
Taxas Regulamentares (Nota 16)	2.056	206
Outras Contas a Pagar	1.042	1.136
Não Circulante	20.021	29.047
Tributos Diferidos, Líquidos (Nota 15)	13.633	28.404
Taxas Regulamentares (Nota 16)	3.443	-
Provisão para Contingências (Nota 13)	2.945	643
Patrimônio Líquido (Nota 17)	275.639	247.966
Capital Social	128.000	112.000
Reservas de Lucros	42.704	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	104.935	136.872
Prejuízos Acumulados	-	(906)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>325.152</u>	<u>292.821</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

CELESC GERAÇÃO S.A.
CNPJ Nº 08.336.804/0001-78 / NIRE 42 3 0003076-7

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (valores expressos em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Receita Líquida de Vendas (Nota 18)	94.074	68.493
(-) Custo de Operação (Nota 19)	(33.606)	(25.206)
Lucro Bruto	60.468	43.287
Despesas com Vendas (Nota 19)	(805)	(2.341)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 19)	(8.309)	(16.773)
Provisões Líquidas (Nota 19)	(27.000)	(124.483)
Outras Receitas/Despesas Líquidas (Nota 19)	(1.955)	(2.342)
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	148	(79)
Lucro Operacional	22.547	(102.731)
Receitas Financeiras (Nota 21)	6.634	2.581
Despesas Financeiras (Nota 21)	(4.446)	(1.892)
Resultado Financeiro, Líquidos	2.188	689
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	24.735	(102.042)
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 15)		
Corrente	(22.277)	(12.321)
Diferido	14.770	43.984
	(7.507)	31.663
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	17.228	(70.379)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CELESC GERAÇÃO S.A.
CNPJ Nº 08.336.804/0001-78 / NIRE 42 3 0003076-7

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	(-) Capital a Integralizar	Reservas		Ajustes Avaliação Patrimonial	Lucro/ Prejuízo Acumulado	Total
			Legal	Retenção de Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	128.000	(28.000)	6.932	58.894	140.519	-	306.345
Integralização de Capital	-	12.000	-	-	-	-	12.000
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(70.379)	(70.379)
Realização do Custo Atribuído Líquido de Tributos	-	-	-	-	(3.647)	3.647	-
Absorção do Prejuízo com Reserva de Lucros	-	-	6.932	(58.894)	-	65.826	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	128.000	(16.000)	-	-	136.872	(906)	247.966
Integralização de Capital	-	16.000	-	-	-	-	16.000
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	17.228	17.228
Realização do Custo Atribuído Líquido de Tributos	-	-	-	-	(31.937)	31.937	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Destinados	-	-	-	-	-	-5.555	-5.555
Constituição de Reservas	-	-	861	41.483	-	-42.704	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	128.000	-	861	41.483	104.935	-	275.639

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CELESC GERAÇÃO S.A.
CNPJ Nº 08.336.804/0001-78 / NIRE 42 3 0003076-7

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	17.228	(70.379)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado Abrangente Total	<u>17.228</u>	<u>(70.379)</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(valores expressos em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Lucro Líquido (Prejuízo) antes do IR e CSLL	24.735	(102.042)
Itens que não Afetam o Caixa:		
Depreciação e Amortização	50.359	6.256
Ganho ou Perda na Alienação de Ativo Imobilizado	623	1.033
Resultado da Equivalência Patrimonial	(148)	79
Ganhos ou Perdas com Participações Societárias	(247)	490
Provisões para Contingências	2.302	643
Provisão/Reversão para Perdas do Ativo	24.698	123.840
Realização de Provisão para Perdas	(28.169)	-
Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa	-	2.341
Variações nos Ativos e Passivos		
Contas a Receber	(5.680)	(3.201)
Tributos a Compensar ou Recuperar	98	(417)
Estoques	2	56
Outros Ativos	78	2
Depósitos Judiciais	8	(80)
Fornecedores	(2.881)	135
Salários e Encargos Sociais	-	(118)
Tributos a Pagar	(82)	(7.478)
Taxas Regulamentares	286	20
Outros Passivos	(96)	(125)
Caixa Proveniente das Operações	65.886	21.434
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(12.940)	(2.587)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	52.946	18.847
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	(13.410)	(34.685)
Aquisição de Participação Acionária	(12.545)	(7.262)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(25.955)	(41.947)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital	16.000	12.000
Dividendos Pagos e Juros Sobre Capital Próprio	-	(2.830)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	16.000	9.170
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	42.991	(13.930)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	7.514	21.444
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	50.505	7.514

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. Contexto Operacional

A Celesc Geração S.A. – Celesc G, constituída por escritura pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570 de 23 de novembro de 2005, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída sob a forma de subsidiária integral, controlada pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

A Celesc G tem por objetivo, realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; participar de pesquisas científica e tecnológicas de sistemas alternativos ligados a geração de energia elétrica, bem como estudos de aproveitamento de reservatórios para esse fim; operar os sistemas diretamente, por meio de subsidiárias, empresas associadas ou e cooperadas; desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de geração; colaborar para a preservação do meio ambiente de suas atividades; colaborar com os programas relacionados com a promoção incentivo à indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade e pesquisa científica e tecnológica de sistemas alternativos de produção energética e infraestrutura de serviços públicos.

A Celesc G está localizada na Avenida Itamarati, 160 – Bairro Itacorubi, Térreo, bloco A1, Florianópolis – Santa Catarina – Brasil, CEP 88.034-900.

1.2. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O processo de desverticalização da atividade de distribuição cumpre as disposições da Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, foi autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, e recebeu anuência da ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 712, de 03 de outubro de 2006.

1.2.1. Da Concessão

A Celesc G possui as seguintes concessões para geração de energia elétrica:

Centrais Geradoras	Município de Localização da Casa de Força/UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Atos de Outorga		Termo Final da Concessão
				Concessão	Prorrogação	
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	Rio dos Cedros	24,6	Decreto nº 59.453, de 03/11/66	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	07/11/2016
UHE Bracinho	Schoroeder/SC	Rio Bracinho	15,0	Decreto nº 59.453, de 03/11/66	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	07/11/2016
PCH Garcia	Angelina/SC	Rio Garcia	8,9	Decreto nº 41.128, de 12/03/57	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	07/07/2015
PCH Cedros	Rio dos Cedros/SC	Rio dos Cedros	8,4	Decreto nº 59.453, de 03/11/66	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	07/11/2016
PCH Salto	Blumenau/SC	Rio Itajaí-Açu	6,3	Decreto nº 59.453, de 03/11/66	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	07/11/2016
PCH Celso Ramos	Faxinal Guedes/SC	dos Rio Chapecozinho	5,4	Decreto nº 69.569, de 22/11/71	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	22/11/2021
PCH Pery	Curitiba/SC	Rio Canoas	30,0	Decreto nº 60.945, de 06/07/67	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	09/07/2017
UHE Caveiras	Lages/SC	Rio Caveiras	3,8	Decreto nº 62.958, de 08/07/68	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	10/07/2018
PCH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	Rio Santa Cruz	2,6	Decreto nº 54.718, de 30/10/64	Portaria MME nº 224, de 29/06/99	07/07/2015

A Celesc G possui registro para três Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs:

Centrais Geradoras	Município de Localização da Casa de Força/UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Termo Final da	
				Registro	Concessão
CGH São Lourenço	Mafra /SC	Rio São Lourenço	0,4	Ofício SCG/ANEEL nº 115/1998, de 16/12/98	(i)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	Rio do Peixe	0,5	Ofício SCG/ANEEL nº 115/1998, de 16/12/98	(i)
CGH Pirai	Joinville/SC	Rio Pirai	0,8	Decreto nº 59.453, de 03/11/66	(i)

(i) Centrais geradoras que não possuem prazo determinado de concessão.

Todos os empreendimentos são próprios e estão em operação.

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória – MP nº 579/12, posteriormente convertida em Lei Federal nº 12.783 de 11 de Janeiro de 2013, que aborda aspectos relativos às concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e à redução de encargos setoriais visando a modicidade tarifária.

Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial – DP nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na Lei Federal nº 12.783/13. Esta Lei permitiu aos concessionários com contratos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vencendo entre 2015 a 2017, a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas.

Conforme requerido pela MP nº 579/12 foi protocolado pedido de prorrogação de concessão em 15 de outubro de 2012 das Pequenas Centrais Elétricas – PCHs afetadas pela referida MP:

Central Geradora	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,6	07/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,0	07/11/2016
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,9	07/07/2016
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,4	07/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,3	07/11/2016
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	30,0	09/07/2017
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,60	07/07/2015
Total da Capacidade Instalada		95,8	

Conforme definido no Decreto Presidencial – DP nº 7.805 de 14 de setembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia – MME divulgou em 1º de novembro de 2012 por meio da Portaria nº 578 de 31 de outubro de 2012, os valores das tarifas de geração de energia aplicáveis aos contratos acima e, por meio da Portaria Interministerial MME – MF nº 580, de 1º de novembro de 2012 os valores das indenizações, bem como disponibilizando à Celesc G os novos termos aditivos dos contratos de concessão.

Em 06 de novembro de 2012, a Celesc G tomou conhecimento, por meio da divulgação das Notas Técnicas da metodologia utilizada para definição dos valores de tarifas iniciais de geração e dos valores de indenização a serem pagos aos concessionários de geração, e que subsidiaram, respectivamente, a Portaria MME nº 578, de 31 de outubro de 2012, e a Portaria Interministerial MME – MF nº 580/2012.

O MME, por meio da Portaria nº 578/2012, definiu as tarifas iniciais para as usinas hidrelétricas enquadradas na MP nº 579/12, com base no valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, incluindo os custos de operação, manutenção e administração, entre outros.

No quadro abaixo seguem as tarifas divulgadas pelo poder concedente para os empreendimentos da Celesc G:

Central Geradora	Localidade	Potência para efeito de definição do GAG (MW)	Tarifa (R\$/kW .ano)
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,6	120,87788
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,0	130,44562
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,9	172,65642
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,4	192,37890
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,3	192,48094
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	30,0	217,58880
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,60	226,23572

Para os empreendimentos acima o poder concedente não considerou direito a indenização, com exceção da PCH Pery, o qual foi definido uma indenização de R\$98,5 milhões.

Essas usinas representam 89,74% da potência instalada da Celesc G e possuem parte da sua energia contratada em Ambiente de Comercialização Livre – ACL após 2012.

A Administração em 2012 analisou as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como, os potenciais efeitos econômico-financeiros e os efeitos tributários sobre os valores da indenização e das tarifas e, ainda, realizou diversos estudos internos, a fim de concluir sobre a não antecipação do prazo de concessão. Por meio de Reunião Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2012 o Conselho de Administração

acompanhando o entendimento da Diretoria Executiva deliberou pela não adesão aos termos de renovação antecipada das concessões das usinas da Celesc G com base na MP nº 579/12, entretanto, por causa de Ação Ordinária da Usina Pery, a Celesc G ainda não oficializou a resposta ao MME sobre a não antecipação das demais usinas não abrangidas pela MP.

Foi excluída da decisão a Usina Pery com questionamento pela Ação Ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal, com objetivo de discutir o mérito relativo ao direito de prorrogação da concessão pelos 20 anos, conforme previsto no Artigo nº 26, §7º da Lei Federal nº 9.247, de 26 de dezembro de 1996, ou alternativamente, a prorrogação pelo regime híbrido, recomendado pela ANEEL, sendo o pedido acolhido e havendo suspensão do prazo de assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. A União recorreu desta decisão por meio de Agravo de Instrumento cujo pedido de efeito suspensivo foi negado no Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região (Porto Alegre). Em 17 de fevereiro de 2014, ocorreu decisão favorável proferida pelo Vice-Presidente do TRF-4 nos autos da Ação Cautelar interposta pela Celesc G.

Em 2012 foi lançada nova chamada pública para seleção de parceiros e projetos na área de geração de energia, contemplando outras fontes como: eólica, biomassa e térmicas, com a perspectiva de firmar parcerias em 2013, visando atender as diretrizes do plano diretor da Celesc G, cuja meta é atingir 1.000MW em empreendimentos de geração até 2030.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e dispositivos da legislação brasileira.

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2014, conforme estabelecem os artigos 17 e 18 da Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nº 505, de 19 de junho de 2006.

2.2. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas considerando o custo histórico.

2.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Celesc G. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Financeiras, estão divulgadas a seguir.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Celesc G faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir.

a) *Impairment* de Ativos não Financeiros

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Celesc G reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

c) Contingências

A Celesc G atualmente está envolvida em diversas ações de natureza trabalhista, cível e regulatória, como descrito na Nota 13. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis (existe uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, conforme avaliação dos advogados da Celesc G.

2.4. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Celesc G, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras.

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2. Instrumentos Financeiros

3.2.1. Ativos Financeiros não Derivativos

Os ativos financeiros são classificados na categoria de empréstimos e recebíveis. Esta classificação é decorrente da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e Recebíveis

Fazem parte dessa categoria os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, pelo método da taxa de juros efetiva.

b) Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Celesc G se compromete a comprar ou vender o ativo e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

3.2.2. Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2.3. Impairment de Ativos Financeiros

a) Ativos Mensurados ao Custo Amortizado

A Celes G avalia no final de cada período, do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente quando

houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a empresa, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Celesc G avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado consolidada.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.3. Passivos Financeiros não Derivativos

São reconhecidos os títulos de dívida emitidos e passivos inicialmente na data em que são

originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Celesc G se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são liquidadas, retiradas ou canceladas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Celesc G tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

3.4. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Tem-se como valor da perda estimada a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

3.5. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas a Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, estabelecendo provisões, quando apropriado, baseadas em valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos são reconhecidos utilizando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. Entretanto, não ocorrerá sua contabilização se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afetou o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos são calculados com base na legislação tributária vigente na data do balanço devendo ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos são registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja

disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O Imposto de Renda Diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas em conjunto, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlada pela Celesc G, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os Impostos de Renda Diferido ativo e passivo é compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o Imposto de Renda Diferido Ativo e Passivo se relaciona com o Imposto de Renda incidente pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.6. Investimentos em Controladas em Conjunto

Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, aonde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, e são inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas. Quando a participação nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Celesc G não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Celesc G e suas controladas em conjunto são eliminados na proporção da sua participação. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Celesc G.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.7. Imobilizado

O imobilizado compreende, principalmente, reservatórios, barragens, adutoras, edificações, obras civis e benfeitorias. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por *impairment*. Esse custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído de reservatórios, barragens, adutoras, edificações, obras civis e

benfeitorias na data de transição para o *IFRS*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- a) o custo de materiais e mão de obra direta;
- b) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- c) os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos será revertido. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais de imobilizado).

Ganhos e Perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. A depreciação inicia-se a partir da data em que são instalados e que estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	4,0
Máquinas e Equipamentos	10,0
Outros	20,0
Geração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	2,0 a 4,0
Máquinas e Equipamentos - Turbina Hidráulica	2,5
Máquinas e Equipamentos - Gerador	3,3
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,0

As usinas que não tiveram suas concessões renovadas conforme a MP nº 579/12, posteriormente convertida em Lei nº 12.783/13, sem saldo residual a ser indenizado, são depreciados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a depreciação está limitada ao prazo da concessão.

3.8. Intangíveis

Os intangíveis são demonstrados pelo custo combinado conforme a seguir:

- a) Os intangíveis são valorizados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis. Dependendo da natureza do ativo e do tempo de sua aquisição, o custo se refere ao custo histórico de aquisição ou do seu montante anteriormente escriturado segundo as práticas brasileiras adotadas anteriores a adoção do ICPC 01.
- b) As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica contemplam os pagamentos efetuados com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia e são registrados nas Demonstrações Financeiras como redutora dos ativos intangíveis.

3.8.1. Programas de Computador – *Softwares*

Licenças adquiridas de *softwares* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- . A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- . O *software* pode ser vendido ou usado.
- . Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- . O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

3.8.2. Uso do Bem Público – UBP

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

O UBP, instituído pela Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995 e alterações, é um fundo de propriedade da União constituído por recursos provenientes dos pagamentos pela concessão, ou autorização, outorgada a produtores independentes para geração de energia elétrica.

3.9. Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nesse caso, o valor recuperável é calculado para verificar a ocorrência de perda. Havendo perda, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por encargos de uso da rede elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.12. Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

3.13. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

São reconhecidos como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Companhia. O Estatuto Social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro anual ajustado sejam distribuídos como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

Valores acima do mínimo obrigatório, somente são provisionados quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido diretamente no resultado.

3.14. Capital Social

As ações ordinárias e nominativas são classificadas no Patrimônio Líquido.

3.15. Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada no curso normal das atividades. É apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas do mesmo grupo.

A receita é reconhecida quando:

- a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. As estimativas são baseadas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.15.1. Fornecimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada correspondente ao fornecimento de energia

elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.

3.15.2. Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica às comercializadoras, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

3.15.3. Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda *impairment* é identificada em relação a uma conta a receber, é reduzido o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

Subsequentemente, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.16. Novas Normas e Interpretações

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo *IASB* mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo *IASB*, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.

IFRIC 21 – "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

IFRS 9 – "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O *IFRS* 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do *IAS* 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O *IFRS* 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo *IAS* 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas *IFRS* ou Interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Celesc G.

3.17. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 e tiveram impactos materiais para a Celesc G.

- (i) CPC 45/*IFRS* 12 - "Divulgações de Participações em Outras Entidades" incluem os requerimentos de divulgação para todas as formas de participações em outras entidades, inclusive operações em conjunto, coligadas, entidades estruturadas e outros tipos entidades-veículo não registradas no balanço.
- (ii) CPC 19/*IFRS* 12 - O pronunciamento estabelece que nas relações entre entidades caracterizadas como "Controle em conjunto" (Joint Venture), sejam registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP e não devem ser consolidados proporcionalmente.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Celesc G a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

4.1.1. Risco de Mercado

4.1.1.1. Risco do Fluxo de Caixa Associado com Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de se incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que diminuam a receita financeira relativa às suas aplicações financeiras.

4.1.2. Risco de Crédito

Surge da possibilidade de se incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento são monitoradas as contas a receber de clientes realizando diversas ações de cobrança como manutenção de garantias financeiras e não registro dos montantes de meses subsequentes para composição das garantias financeiras dos clientes perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

4.1.3. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Celesc e agregada pelo Departamento de Controladoria – DPCL. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Celesc G para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em aplicação financeira Certificado de Depósito Bancário – CDB/DI, com resgate automático.

4.1.4. Riscos Operacionais

4.1.4.1. Risco quanto a Produção de Energia Elétrica

Os maiores riscos que podem impactar na produção de energia elétrica da Celesc G dependem principalmente de duas variáveis: (i) Afluência Média; (ii) Disponibilidade das Unidades Geradoras.

Afluência Média

As PCHs e CGHs da Celesc G são do tipo fio d’água ou com reservatórios relativamente pequenos, dependendo diretamente do regime pluviométrico. Como forma de minimizar este risco, as Usinas da Celesc Geração fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. O MRE, de abrangência nacional, realoca contabilmente a energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo, compartilhando assim os riscos hidrológicos entre os agentes associados.

Disponibilidade das Unidades Geradoras

Os riscos que impactam diretamente nesse item são ligados às áreas de operação e manutenção das Usinas da Celesc G. Para mitigar este risco a Celesc G, iniciou um processo de modernização do parque gerador por meio da automação de suas unidades geradoras e da implantação de um Centro de Controle da Geração – COG, na sede da administração central. Também deu início à contratação de empresa especializada em realizar os serviços de operação e manutenção, de forma a complementar os serviços realizados pela equipe própria, fortalecendo o quadro operacional e melhorando a confiabilidade operacional de suas usinas.

4.2. Gestão de Capital

Os objetivos da Celesc G ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma, maximizando o rendimento do capital em caixa, aplicando em títulos privados de liquidez imediata de instituições financeiras sólidas, para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas. A Celesc G não possui endividamento e todos os investimentos foram realizados com capital próprio.

4.3. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos do caixa e equivalentes de caixa, contas à receber de clientes e contas à pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda *impairment*, estejam próximos de seus valores justos.

5. Instrumentos Financeiros por Categoria

<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>Empréstimos e Recebíveis</u>
Ativo	
Recursos em Banco e em Caixa	126
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	7.388
Contas a Receber de Clientes	6.500
	<u>14.014</u>
Passivo	
Fornecedores	4.369
	<u>4.369</u>
<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>Empréstimos e Recebíveis</u>
Ativo	
Recursos em Banco e em Caixa	313
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	50.192
Contas a Receber de Clientes	12.180
	<u>62.685</u>
Passivo	
Fornecedores	1.488
	<u>1.488</u>

6. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito:

	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Contas a Receber de Clientes		
Grupo1	12.180	6.500
Grupo2	-	584
Grupo3	5.014	4.430
	<u>17.194</u>	<u>11.514</u>

Grupo 1 - Clientes com arrecadação no vencimento.

Grupo 2 - Clientes com média de atraso entre 1 e 90 dias no último ano.

Grupo 3 - Clientes com média de atraso superior a 90 dias no último ano.

Todos os demais ativos financeiros que a Celesc G mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras, não apresentaram indícios de perdas.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Recursos em Banco e em Caixa	313	126
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (i)	50.192	7.388
	50.505	7.514

- (i) As aplicações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Certificados de Depósito Bancários – CDB, remunerados à taxa de 100% da variação do CDI.

8. Contas a Receber de Clientes

	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31 de dezembro de 2013	Total 31 de dezembro de 2012
Consumidores (i)					
Industrial	1.772	-	5.014	6.786	8.876
Comércio, Serviços e Outros	909	-	-	909	443
	2.681	-	5.014	7.695	9.319
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias (i)	988	-	-	988	2.127
Transações no Âmbito da CCEE (ii)	8.511	-	-	8.511	68
	9.499	-	-	9.499	2.195
				17.194	11.514
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes (iii)				(5.014)	(5.014)
Circulante				12.180	6.500

(i) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Referem-se a créditos de contratos de longo prazo e leilões de venda de energia de curto prazo para consumidores Industriais, Comerciais e Comercializadoras.

(ii) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

(iii) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As perdas estimadas sobre os valores vencidos, são constituídas em virtude das incertezas quanto à sua realização. As ações de mitigação tomadas são a cobrança de garantias financeiras dos clientes e, no caso de operações de compra e venda de energia de curto prazo,

adota-se o “registro contra pagamento”, onde a energia é entregue pela CCEE (Sistema SINERCOM) somente após a confirmação do pagamento dos montantes negociados através dos leilões. Além das inadimplências geradas pelos contratos bilaterais, a Celesc G está sujeita às inadimplências ocorridas no Mercado de Energia Elétrica do Sistema Interligado Nacional, onde estas são gerenciadas e contabilizadas pela CCEE e são rateadas entre os agentes de mercado.

9. Investimentos

Além da ampliação do parque próprio, foi estabelecido um plano para novos empreendimentos. O modelo prevê parcerias na modalidade de SPE com participação da Celesc G limitada a 49%. As parcerias atuarão na implantação e operação de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, usinas de biomassa, biogás, energia e térmicas a carvão, preferencialmente em Santa Catarina.

Nesta modalidade, cinco parcerias foram formadas, que concentram esforços para a viabilização de sete novos empreendimentos, que serão responsáveis pela produção de mais 44,5 MW de energia elétrica em Santa Catarina.

Os investimentos em Sociedades de Propósito Específico – SPEs que viabilizam novos empreendimentos são os seguintes:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Investimentos	31.668	20.203
Rondinha Energética S.A	19.717	9.029
Painel Energetica S.A	1.788	1.759
Campo Belo Energética S.A	1.808	1.204
Cia energética Rio das Flores	7.157	5.538
Xavantina Energética S.A	996	996
Ágio na Aquisição de Investimentos (i)	202	1.677

(i) Refere-se a ágio na aquisição do investimento da SPE Rio das Flores.

a) Informações sobre Investimentos

A participação da Celesc G nos empreendimentos corresponde à parcela de 17,9MW. A estrutura societária formada com as novas parcerias é a seguinte:

	Ações Possuídas pela Companhia		Participação da Companhia (%)		Total do Ativo	Total do Passivo	Patrimônio Líquido Ajustado	Receita Operacional	Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado
	Ordinárias	No Capital Social	No Capital Votante						
Em 31 de dezembro de 2012									
Rondinha Energética S.A.	9.750	32,50%	32,50%		28.630	847	27.783	-	(314)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%		5.457	49	5.408	-	(34)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%		6.648	2.633	4.015	-	(29)
Cia Energética Rio das Flores	5.930	25,00%	25,00%		52.532	27.820	24.712	6.190	171
Xavantina Energética S.A.	162	40,00%	40,00%		2.517	27	2.490	-	-
Em 31 de dezembro de 2013									
Rondinha Energética S.A.	21.125	32,50%	32,50%		76.473	15.806	60.667	-	(211)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%		5.500	-	5.500	-	(23)
Campo Belo energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%		6.442	412	6.030	-	(49)
Cia Energética Rio das Flores	7.205	25,00%	25,00%		61.921	32.487	29.434	8.395	955
Xavantina Energética S.A.	162	40,00%	40,0%		2.531	41	2.490	-	-

b) Movimentação de Investimentos

	Rondinha	Painel	Boa Vista	Campo Belo	Rio das Flores	Xavantina	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.645	1.530	53	1.103	5.111	2.068	13.510
Integralizações	5.367	215	-	48	1.650	-	7.280
Resultado de Equivalência Patrimonial	(102)	(11)	-	(9)	43	-	(79)
Ganhos/perdas Variação Investimentos	119	25	(53)	62	(626)	(35)	(508)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.029	1.759	-	1.204	6.178	2.033	20.203
Integralizações	11.930	-	-	240	375	-	12.545
Resultado de Equivalência Patrimonial	(68)	(8)	-	(15)	239	-	148
Ganhos/perdas Variação Investimentos	(1.174)	37	-	379	1.005	-	247
Perda por Desvalorização do Ágio	-	-	-	-	(438)	(1.037)	(1.475)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	19.717	1.788	-	1.808	7.359	996	31.668

10. Imobilizado

a) Movimentação do Ativo Imobilizado

	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	20.036	168.362	5.671	41.745	356	44	115.567	351.781
Custo do Imobilizado	20.036	185.031	12.560	64.289	809	96	115.567	398.388
Depreciação Acumulada	-	(16.669)	(6.889)	(22.544)	(453)	(52)	-	(46.607)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	20.036	168.362	5.671	41.745	356	44	115.567	351.781
Aquisição	-	-	-	-	-	-	34.685	34.685
Baixas	-	-	-	-	-	-	(1.033)	(1.033)
Depreciação	-	(2.628)	(301)	(3.272)	(160)	-	-	(6.361)
Provisão para Perdas	(10.834)	(89.072)	(2.880)	(20.922)	(1)	(131)	-	(123.840)
Transferências	-	(7)	452	998	9	200	(1.652)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.202	76.655	2.942	18.549	204	113	147.567	255.232
Custo do Imobilizado	20.036	185.024	13.012	65.287	818	296	147.567	432.040
Provisão para Perdas	(10.834)	(89.072)	(2.880)	(20.922)	(1)	(131)	-	(123.840)
Depreciação Acumulada	-	(19.297)	(7.190)	(25.816)	(613)	(52)	-	(52.968)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.202	76.655	2.942	18.549	204	113	147.567	255.232
Aquisição	-	-	-	2	-	-	11.326	11.328
Baixas	-	-	-	-	-	-	(623)	(623)
Depreciação	-	(38.585)	(1.462)	(9.600)	(109)	(59)	-	(49.815)
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos	(2.130)	(17.131)	(399)	(3.567)	(1)	5	-	(23.223)
Realização de Provisão para Perdas	-	22.202	814	5.104	-	49	-	28.169
Transferências	-	-	-	4	-	-	(4)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	7.072	43.141	1.895	10.492	94	108	158.266	221.068
Custo do Imobilizado	20.036	185.024	13.012	65.293	818	296	158.266	442.745
Provisão para Perdas	(12.964)	(84.001)	(2.465)	(19.385)	(2)	(77)	-	(118.894)
Depreciação Acumulada	-	(57.882)	(8.652)	(35.416)	(722)	(111)	-	(102.783)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	7.072	43.141	1.895	10.492	94	108	158.266	221.068

b) Impairment Test

Em 2013 foi constituída Perda do Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*) no valor de R\$33,5 milhões e Reversão Valor Recuperável de Ativos no valor de R\$10,3 milhões, contabilizadas na Demonstração do Resultado na linha Provisões líquidas, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 27 – Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado.

O fluxo foi descontado pelo Custo do Capital Próprio, gerando uma taxa média de 6,19%.

Os valores por Unidade Geradora de Caixa – UGC estão demonstrados a seguir:

Unidades Geradoras de Caixa – UGCs	Provisão/Reversão
Usina Palmeiras	(407)
Usina Bracinho	4.512
Usina São Lourenço	-
Usina Celso Ramos	(16.291)
Usina Garcia	2.520
Usina Rio dos Cedros	(2.508)
Usina Salto	-
Usina Piraí	(431)
Usina Caveiras	(3.726)
Usina Ivo Silveira	3.300
Usina Rio do Peixe	(1.546)
Usina Pery	(8.646)
Total	(23.223)

c) Depreciação

A Companhia, com base na MP nº579/12, entende que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original.

Dessa forma, a Companhia, a partir de 01 de janeiro de 2013, passou a depreciar esses ativos de acordo com a vida útil estimada, limitado ao prazo de concessão.

11. Intangível

	Softwares adquiridos	Uso do Bem Público (a)	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	2.713	-	2.713
Custo Total	2.713	-	2.713
Amortização Acumulada	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	2.713	-	2.713
Adições	7	-	7
Baixas	-	-	-
Amortizações	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.720	-	2.720
Custo Total	2.720	-	2.720
Amortização Acumulada	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	2.720	-	2.720
Adições	2.082	5.007	7.089
Baixas	-	-	-
Amortizações	(544)	-	(544)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.258	5.007	9.265
Custo Total	4.802	5.007	9.809
Amortização Acumulada	(544)	-	(544)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.258	5.007	9.265

a) Uso do Bem Público

Em 11 de julho de 2013, o contrato de concessão no 006/2013, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por meio das centrais geradoras e instalações de transmissão de interesse restrito – PCH. A Celesc G deve recolher quota mensal de Uso de Bem Público – UBP, a partir de 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: (a) pelo uso do bem público a Companhia pagará à União, pelo prazo de 5 anos contados da assinatura do contrato, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto, atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como base o índice relativo ao mês anterior ao da publicação do ato administrativo que aprovou a modificação do regime de exploração da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. A amortização mensal é de R\$130,3. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP são decorrentes da utilização da taxa de desconto definida pela Administração.

12. Tributos e Contribuições Sociais

a) Composição

	<u>31 de dezembro 2013</u>	<u>31 de dezembro 2012</u>
ICMS	108	-
PIS/Cofins	432	455
IRPJ e CSLL	18.777	9.440
Outros	868	202
	<u><u>20.185</u></u>	<u><u>10.097</u></u>

13. Provisões para Contingências

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Companhia que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam os riscos contingentes de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

a) Perdas Prováveis, Provisionadas no Balanço Patrimonial

A Celesc G tem ações de natureza trabalhista, regulatória e cível envolvendo riscos de perda classificados pela administração como provável, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais foi constituída provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

Contingências	Risco Provável	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Trabalhistas e Previdenciárias (i)	2.227	25
Regulatórias (ii)	110	-
Cíveis (iii)	608	618
	2.945	643

(i) A Companhia foi citada para contestar a reclamatória trabalhista interposta por empregado da Celesc Distribuição S.A. à disposição da Celesc G. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$25.

Ação civil pública reclamatória trabalhista. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$1.000.

Ação de indenização por danos morais com pedido de pensão vitalícia. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$1.000.

Interposição de reclamatória trabalhista em obras de ampliação de usina. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$202.

(ii) A Celesc Geração interpôs ação ordinária com pedido de liminar com objetivo de suspender o prazo para assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão da Usina Pery. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$100.

Ação cautelar com pedido de liminar interposta pela Celesc Geração, tendo por objetivo a suspensão no prazo de concessão nº 055/1999. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$10.

(iii) Medida Cautelar de Sustação de Protesto cumulada com pedido de liminar em razão do protesto dos títulos correspondentes a venda de energia elétrica. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2013 é de R\$189.

Ação Ordinária de Inexigibilidade de débito interposta, precedida de Medida Cautelar de sustação de protesto de duplicatas mercantis. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2013 é de R\$373.

Ação de Constituição de Faixa de Servidão Administrativa com pedido de Tutela Antecipada, tendo em vista a necessidade de ordem judicial de emissão de posse da Celesc G. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2013 é de R\$46.

b) Perdas Possíveis, não Provisionadas no Balanço Patrimonial

A Celesc G tem ações de natureza trabalhista e regulatória envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Risco Possível	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Contingências		
Trabalhistas e Previdenciárias	-	1.025
Regulatórias	1	-
Cíveis	-	539
	1	1.564

14. Transações com Partes Relacionadas

	Passivo			Custo de Serviço de Energia Elétrica Encargos do Uso do Sistema de Distribuição
	Fornecedores	Outros	Total	
Em 31 de dezembro de 2012				
Celesc Distribuição S.A	173	1.131	1.304	2.131
Total	173	1.131	1.304	2.131
Em 31 de dezembro de 2013				
Celesc Distribuição S.A	198	1.015	1.213	1.900
Total	198	1.015	1.213	1.900

15. Tributos Diferidos

a) Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos foram calculados sobre o ajuste ao valor justo do Ativo Imobilizado, decorrente da primeira adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10 e CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos sobre a Provisão para Perdas do Ativo Imobilizado, realizado em 2012 como resultado do *Impairment Test* do Parque Gerador da Celesc G.

Os saldos de ativos e passivos diferidos líquidos têm a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativo Diferido – Provisão Perdas Ativo Imobilizado	40.424	42.106
Passivo Diferido – Custo Atribuído	(54.057)	(70.510)
Tributos Diferidos, Líquidos	(13.633)	(28.404)

b) Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012
Resultado antes do IRPJ e a CSLL	24.735	(102.042)
Alíquota nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%
IRPJ e SCLL	8.410	(34.694)
Equivalência patrimonial	(51)	8
Juro sobre Capital Próprio	(1.889)	-
Provisões Indedutíveis	782	607
Participação dos administradores	-	98
Outras adições (exclusões)	255	2.318
	7.507	(31.663)
Corrente	(22.277)	(12.321)
Diferido	14.770	43.984
	(7.507)	31.663
Taxa Efetiva	-30,35%	31,03%

16. Taxas Regulamentares

São compostas pelos encargos do setor de energia elétrica.

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Taxa de Fiscalização do Sistema de EE – TFSEE (ii)	29	20
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hid. – CFURH (i)	185	160
Reserva Global de Reversão – RGR (iii)	278	26
Uso do Bem Público – UBP (iv)	5.007	-
	5.499	206
Circulante	2.056	206
Não circulante	3.443	-

(i) Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos – CFURH

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH é um ressarcimento pela ocupação de áreas por usinas hidrelétricas e um pagamento pelo uso da água na geração de energia. A tarifa utilizada para o cálculo da Compensação Financeira (Tarifa Atualizada de Referência – TAR) é fixada pela ANEEL, sendo reajustada anualmente e revisada a cada quatro anos pela Agência (Compensação Financeira = 6,75% x Energia Gerada x TAR).

(ii) Taxa de Fiscalização do Sistema de EE – TFSEE

A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE foi criada, por lei, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais. A TFSEE é fixada anualmente pela ANEEL e paga mensalmente, em

duodécimos, por todos os agentes que atuam na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

(iii) Reserva Global de Reversão – RGR

A Reserva Global de Reversão – RGR trata-se de um encargo pago mensalmente pelas empresas de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação, dos serviços públicos de energia elétrica. Tem, também, destinação legal para financiar a expansão e melhoria desses serviços, bem como financiar fontes alternativas de energia elétrica para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de novos potenciais hidráulicos, e para desenvolver e implantar programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5 % dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, é limitado a 3,0 % de sua receita anual.

(iv) Uso do Bem Público - UBP

Em 11 de julho de 2013, o contrato de concessão nº 006/2013, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por meio das centrais geradoras e instalações de transmissão de interesse restrito – PCH. A Celesc G deve recolher quota mensal de Uso de Bem Público – UBP, a partir de 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. A amortização mensal é de R\$130,3. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP são decorrentes da utilização da taxa de desconto definida pela Administração.

17. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2013 subscrito é de R\$128 milhões, representado por 43.208.760 (quarenta e três milhões e duzentas e oito mil e setecentas e sessenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de titularidade da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. Em 31 de dezembro de 2012 o Capital Subscrito era de R\$128 milhões e saldo de Capital a Integralizar de R\$16 milhões.

b) Reserva de Lucros

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do Lucro Líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores, para ser deliberado na Assembleia Geral da Administração, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Conforme previsto no CPC 27 – Ativo Imobilizado e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica nº 10, foi reconhecido o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPCs em 1º de janeiro de 2009. A contrapartida do referido ajuste líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, foi reconhecida na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido. Esta rubrica é realizada contra a conta Reserva de Retenção de Lucros na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

A realização do custo atribuído em 2013 foi:

			31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Natureza dos Créditos				
Realização do Custo Atribuído	48.390	(12.098)	(4.355)	31.937
	48.390	(12.098)	(4.355)	31.937

d) Dividendos e juros sobre capital próprio

A administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de dezembro de 2013, a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$4,7 milhões foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

Descrição	2013	2012
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	17.228	(70.379)
(-) Constituição de Reservas Legal	(861)	-
(=) Base de Cálculo dos Dividendos e JCP	16.367	-
Juros s/ Capital Próprio - JCP Aprovado pela AGE	5.555	-
(-) IRRF	(834)	-
(=) JCP a Pagar	4.721	-
Total dos Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio do Exercício	4.721	-
Mínimo Obrigatório (25%)	4.092	-
Parcela Excedente ao Mínimo Obrigatório	629	-

18. Receitas

Mercado, Preço da Energia e Receita

Atualmente a Celesc G é detentora de concessão de 12 usinas no Estado de Santa Catarina atuando no mercado livre e no mercado regulado.

A venda da energia elétrica é realizada por meio de leilões públicos, tendo como lastro o parque de geração próprio que possui capacidade instalada de 106,75 MW e garantia física de 68,23 MW para comercialização.

A Celesc G busca ampliar sua atuação, com projetos de repotenciação de suas usinas e novos empreendimentos, por meio de parcerias com a iniciativa privada na forma de SPEs, com participação acionária de até 49%.

Além da exploração por PCHs, a Celesc G participa com a compra de energia elétrica gerada por biodigestão de dejetos suínos, dado que o Estado de Santa Catarina possui um grande plantel de suínos.

Esta alternativa de geração contribui para mitigar os danos ambientais causados pela atividade de suinocultura, auxiliando, assim, a preservação da biodiversidade.

A partir de junho de 2012, a Celesc G teve alterado o regime de concessão de oito de suas usinas para Produtor Independente de Energia – PIE, passando a comercializar esta energia no mercado como “energia incentivada”.

O faturamento de 2013 teve crescimento influenciado pelo aumento do volume de energia vendida no curto prazo, tendo como base de preço o PLD mais elevado no período.

A regulação e fiscalização das atividades de geração de energia estão vinculadas aos órgãos de regulação nacionais e estaduais, como ANEEL e Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina – AGESC.

A comercialização de Energia, como acontece em todo Sistema Interligado Nacional – SIN, é operacionalizada, contabilizada e regulada através da CCEE.

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Receita Operacional Bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	45.240	43.358
Suprimento de Energia Elétrica (a)	40.999	37.398
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	24.732	2.850
	110.971	83.606
Deduções da Receita Operacional		
ICMS	6.439	7.404
PIS	1.595	1.252
COFINS	7.346	6.151
Reserva Global de Reversão –RGR	1.517	306
	16.897	15.113
Receita Operacional Líquida	94.074	68.493

a) Receita Operacional Bruta

					31 de dezembro de	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
	Nº de consumidores (i)		GWh (i)		Receita Bruta	
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	6	14	192	289	34.427	40.742
Comercial, Serviços e Outros	1	2	59	15	10.813	2.616
Suprimento de Energia	5	17	152	265	40.999	37.398
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	96	53	24.732	2.850
	12	33	499	622	110.971	83.606

(i) Informações não auditadas

19. Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Natureza dos Custos e Despesas	31 de dezembro de 2013				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.700	-	-	-	1.700
Pessoal	5.629	334	5.866	-	11.829
Material	92	-	29	-	121
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.900	-	-	-	1.900
Custos e Serviços de Terceiros	2.186	397	884	-	3.467
Depreciação e Amortização	50.262	-	739	-	51.001
Seguros	2	-	218	-	220
Provisões Líquidas (b)	(28.169)	-	-	27.000	(1.169)
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	264	264
Tributos	6	74	105	-	185
Aluguéis	-	-	31	-	31
Compensação Financeira p/ Utilização de Recursos Hídricos	-	-	-	1.068	1.068
Outros Custos e Despesas	(2)	-	437	623	1.058
	33.606	805	8.309	28.955	71.675

Natureza dos Custos e Despesas	31 de dezembro de 2012				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	9.159	-	-	-	9.159
Pessoal	4.822	-	7.909	-	12.731
Administradores	-	-	341	-	341
Material	314	-	212	-	526
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.131	-	-	-	2.131
Custos e Serviços de Terceiros	2.450	-	1.966	-	4.416
Depreciação e Amortização	6.256	-	-	-	6.256
Seguros	148	-	2	-	150
Provisões Líquidas (b)	-	2.341	-	124.483	126.824
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	245	245
Tributos	5	-	6.277	-	6.282
Aluguéis	-	-	66	-	66
Compensação Financeira p/ Utilização de Recursos Hídricos	-	-	-	1.064	1.064
Outros Custos e Despesas	(79)	-	-	1.033	954
	25.206	2.341	16.773	126.825	171.145

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	31 de dezembro de 2013	MWh (i)	31 de dezembro de 2012	MWh (i)
Energia Elétrica Comprada para Revenda				
Nelso Pasqual	-	-	44	455
Tradener Ltda	-	-	15	148
Bolt Seriços e Comercialização de Energia Ltda	-	-	1.053	8.051
Electra Comercializadora de Energia Ltda	-	-	44	420
Seal Trade Energy	-	-	40	240
Master Agropecuária Ltda	12	72	8	1.298
Compass Comércio de Energia Elétrica Ltda	-	-	59	240
MPX Comercializadora de Energia Ltda	1.513	13.265	8.732	89.861
São Valentin Geração de Energia S.A.	348	2.786	77	426
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	-	-	-	-
(-) Pis Crédito	(31)	-	(162)	-
(-) Cofins Crédito	(142)	-	(751)	-
	1.700	16.123	9.159	101.139

(i) Informações não auditadas

b) Provisões, Líquidas

Realização da Provisão para Perdas com Ativo Imobilizado (*Impairment*) no valor de R\$28,1 milhões, resultado da não renovação das concessões do parque gerador da Celesc G (Bracinho, Garcia, Ivo Silveira, Palmeiras, Rio dos Cedros e Salto). Em decorrência de nova análise do imobilizado a fim de verificar Perda no Valor Recuperável de Ativos (*Impairment Test*) realizada em 2013, foi revertida a Provisão para Perdas registrada anteriormente no valor de R\$10,3 milhões e constituída nova provisão no montante de R\$33,5 milhões, conforme descrito na Nota 10). Foram constituídas perdas na recuperabilidade do ágio na aquisição de Investimentos das SPE's Rio das Flores no valor de R\$0,5 milhões e na Xavantina no montante de R\$1,0 milhão.

As provisões judiciais foram constituídas de acordo com os critérios previamente definidos pela Administração, conforme relatório emitido pela assessoria jurídica da Celesc G, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável, sendo provisionado o montante de R\$2,3 milhões no exercício.

20. Remuneração do Pessoal Chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui o Conselho Fiscal e Diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Administradores		
Honorários	-	111
Encargos Sociais	-	20
Participação nos Lucros ou Resultados	-	206
Outros Gastos	-	4
	-	341

Em 2013 ocorreu uma reestruturação administrativa na Companhia, no qual resultou na consolidação dos administradores do Grupo Celesc na controladora final.

21. Resultado Financeiro

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Receita Financeira		
Renda de Aplicação Financeira	1.889	954
Ganhos com Participações Societárias	4.645	1.097
Outras Receitas Financeiras	100	530
	6.634	2.581
Despesas Financeiras		
Perda com Participações Societárias	(4.397)	(1.588)
Juros Sobre Capital Próprio	(5.555)	-
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio	5.555	-
Outras Despesas Financeiras	(49)	(304)
	(4.446)	(1.892)

22. Efeitos da Medida Provisória nº627/2013

Em 11 de novembro de 2013, o Governo Federal emitiu a MP no 627, que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e outras providências, e Instrução Normativa – IN no 1397, de 16.09.2013, alterada pela IN no 1422 de 19.12.2013.

Embora a MP 627/13 entre em vigor a partir de 1º.01.2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º.01.2014. Tramitam na Câmara dos Deputados e pelo Senado emendas para alteração da MP, sendo que, a Receita Federal do Brasil ainda não editou as regras para a adoção.

A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada e aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 e o disciplinamento de diversas matérias pela Receita Federal do Brasil, para uma análise mais aprofundada e conclusiva, pois a medida provisória possui um número relevante de emendas propostas, com possibilidade de que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou esclarecidas.

De acordo com as análises preliminares da Administração, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da distribuição de lucros nos últimos cinco anos, do limite de dedução de juros sobre capital próprio e do excedente ao limite de isenção de tributação do resultado do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2013.



Celesc
Geração S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Celesc Geração S.A.
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Celesc Geração S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celesc Geração S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Florianópolis, 27 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Celesc Geração S.A. declara que examinou, revisou e concorda com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras (individual e consolidada) do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Consoante com o posicionamento dos auditores da KPMG Auditores Independentes aprova os referidos documentos e propõe sua aprovação por parte dos Senhores Acionistas.

Florianópolis (SC), 27 de março de 2014.

Pedro Bittencourt Neto
(Presidente)

Andriei José Beber

Antonio Marcos Gavazzoni

Cleverson Siewert

Derly Massaud de Anunciação

Edimar Rodrigues de Abreu

Jair Maurino da Fonseca

Ives César Fülber

Marcelo Gasparino da Silva

Milton de Queiroz Garcia

Pedro Henrique Almeida Pinto de Oliveira

Roosevelt Rui dos Santos

Sérgio Ricardo Miranda Nazaré

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Celesc Geração S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei nº 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e considerando, ainda, o relatório dos auditores KPMG Auditores Independentes, datado de 27 de março de 2014, opina por unanimidade que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis, 27 de março de 2014.

Paulo da Paixão Borges de Andrade

Antonio Ceron

Carlos Antonio Vergara Cammas

Luiz Hilton Temp

Telma Suzana Mezia

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Celesc Geração S.A. declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras.

Cleverson Siewert
Diretor Presidente

Enio Andrade Branco
Diretor de Geração
e Transmissão

Clairton Belém da Silva
Diretor de Planejamento
e Controle Interno

Eduardo Cesconeto de Souza
Diretor Comercial

André Luiz Bazzo
Diretor de Gestão Corporativa

Antonio José Linhares
Diretor de Regulação de
Gestão de Energia

José Carlos Oneda
Diretor de Finanças e
Relações com Investidores

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Florianópolis (SC), 27 de março de 2014.

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA CELESC GERAÇÃO S.A. SOBRE O
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Os Diretores declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Cleverson Siewert
Diretor Presidente

Enio Andrade Branco
Diretor de Geração
e Transmissão

Clairton Belém da Silva
Diretor de Planejamento
e Controle Interno

Eduardo Cesconeto de Souza
Diretor Comercial

André Luiz Bazzo
Diretor de Gestão Corporativa

Antonio José Linhares
Diretor de Regulação de
Gestão de Energia

José Carlos Oneda
Diretor de Finanças e
Relações com Investidores

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Florianópolis, 27 de março de 2014.